

PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NAS GESTÕES DE RATINHO JR.: ENTRE O CONTROLE DIGITAL E A PRIVATIZAÇÃO ESCOLAR

Donizete Aparecido Fernandes¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as políticas educacionais implementadas na rede pública estadual do Paraná durante as gestões de Ratinho Jr. (2019-2022; 2023-2025), com ênfase na intensificação da lógica neoliberal. Parte-se da premissa de que tais políticas não podem ser compreendidas de forma isolada, mas sim no interior das transformações estruturais do mundo do trabalho, marcadas pela flexibilização, informalidade e desregulamentação, características centrais da reestruturação produtiva do capital em sua fase neoliberal. Um dos focos da análise recai sobre o processo de plataformação do ensino, que tem produzido formas crescentes de precarização do trabalho docente e aprofundado os mecanismos de controle e vigilância nas escolas públicas. Para sustentar a análise, adota-se como referencial teórico-metodológico a categoria de totalidade, com base na tradição marxista, o que permite a articulação crítica entre os múltiplos determinantes que estruturam os fenômenos sociais. A partir desse enquadramento, entende-se que as políticas educacionais em curso integram um projeto mais amplo de redefinição do papel do Estado e de desmonte de direitos sociais historicamente conquistados. O artigo também discute o papel estratégico das organizações sindicais frente a esse cenário, com especial atenção à atuação da APP-Sindicato. Nesse aspecto, retoma-se pela relevância que tem para a política que analisamos o Programa de Formação Político-Sindical e Educacional promovido entre 2007 e 2014. Defende-se, por fim, que a formação político-sindical é um instrumento indispensável para o fortalecimento da ação coletiva e da resistência organizada contra o avanço das políticas neoliberais na educação.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação Pública. Precarização do Trabalho Docente. Políticas Educacionais. Formação Sindical

Introdução

Este artigo retoma e aprofunda questões analisadas ao longo da minha trajetória acadêmica e em pesquisas realizadas anteriormente.

Em uma delas, analisei a posição da APP-Sindicato em relação às políticas públicas do Estado do Paraná no período de 1995-2002. Assim, o recorte temporal privilegiou os dois mandatos de Jaime Lerner, que, à frente do governo do estado, introduziu e efetivou como política prioritária princípios neoliberais. Por exemplo, a aplicação de métodos de gestão do setor privado (como metas, avaliações de desempenho, ranking de

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba/PR, Brasil. Professor titular da Secretaria Estadual de Educação e Professor nas Faculdades Integradas Espírita. E-mail: donizete.fernandes@escola.pr.gov.br

escolas); ênfase em avaliações de desempenho como forma de medir a “eficiência” da educação, muitas vezes desconsiderando contextos sociais e culturais; contratação de empresas privadas para gerenciar serviços educacionais ou fornecer infraestrutura e tecnologia. O estudo demonstrou que a APP-Sindicato exerceu um papel crítico tanto no plano teórico quanto nas ações práticas, conseguindo, em diversas ocasiões, conter um processo mais profundo de desestruturação da escola pública. Além disso, indicou que as políticas educacionais defendidas pela entidade sindical se contrapõem de forma direta às diretrizes promovidas pelo Estado orientado por princípios neoliberais.

Uma questão levantada nessa pesquisa foi a de que um projeto societário emancipatório implica a qualificação das ações dos movimentos sociais e sindicais. Nesse sentido, em outra investigação, elegi como objeto de estudo a proposta de renovação do quadro de dirigentes da APP-Sindicato conforme o que se previa ser um dos principais objetivos do Programa de Formação de 2007 a 2014.

É fundamental compreendermos que o programa nasceu em um contexto histórico marcado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder da República, fato que redimensionou a luta de classes porque implicou um conjunto de alianças que, no final, retiravam do projeto do Partido dos Trabalhadores a radicalidade política presente em sua origem. Nessa nova conjuntura, era necessário pensar novas estratégias para que o sindicalismo de esquerda não se posicionasse de tal forma a prejudicar o governo, de modo a fortalecer a forte oposição que se enfrentava, representada por poderosos setores da sociedade, a exemplo de grupos detentores dos principais veículos de comunicação e, de modo geral, pela elite econômica do país.

O retorno a esses dois estudos sob uma nova lente analítica se justifica porque as questões então estudadas ainda são pertinentes e desafiadoras: a escola pública do Estado do Paraná ainda continua bombardeada por políticas neoliberais (talvez até mais intensamente que vinte anos atrás), e a APP-Sindicato, outrora capaz de apresentar uma crítica teórico-prática que impediu, em vários momentos, uma maior deteriorização da Escola Pública do Paraná, tem dificuldade de organizar a categoria para um enfrentamento eficaz aos desmanches que vêm sendo realizados pelo governo Ratinho Jr.

Os efeitos do neoliberalismo, desde sua consolidação nos anos 1990, acentuaram de forma significativa a precarização não apenas da educação pública, mas do mundo do trabalho como um todo. Veja-se, por exemplo, o significativo aumento do trabalho informal no Brasil, fenômeno

que, infelizmente, podemos constatar facilmente nas grandes cidades, mas não só nelas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgados em janeiro de 2025, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que o percentual de pessoas trabalhando na informalidade atingiu 38,3% no trimestre encerrado em janeiro deste ano. Em números absolutos, significa que 39,5 milhões do total de 103 milhões de trabalhadores no país trabalhavam sem carteira assinada ou sem CNPJ. (IBGE, 2024)

Outra questão importante que deve ser levantada é sobre a queda significativa do número de trabalhadores sindicalizados no país, que tem se acentuado nas últimas décadas e reflete transformações profundas nas relações de trabalho e na estrutura sindical do país. Conforme notícia veiculada no site Agência IBGE Notícias,

Em 2023, dos 100,7 milhões de ocupados do país, 8,4% (8,4 milhões de pessoas) eram associados a sindicatos. Esse foi o menor contingente e o menor percentual da série iniciada em 2012, quando havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1%).

Na comparação com o ano anterior, houve queda de 7,8%, ou de 713 mil pessoas. Em 2022, eram 9,1 milhões de sindicalizados, 9,2% do total de ocupados.

Em relação a 2012, as maiores quedas na taxa de sindicalização foram nos grupamentos de transporte, armazenagem e correio, com -12,9 p.p. (passando de 20,7% para 7,8%), indústria geral, com -11,0 p.p. (de 21,3% para 10,3%) e administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, com -10,1 p.p. (de 24,5% para 14,4%). (Umberlândia; Nery, 2024.)

Tanto a informalidade quanto a queda do número de trabalhadores sindicalizados são resultantes da precarização do trabalho já anunciada nos anos 1990 e que tem se intensificado significativamente, decorrente das transformações nas dinâmicas produtivas, da flexibilização das legislações trabalhistas e da ascensão de políticas neoliberais que priorizam o mercado em detrimento dos direitos sociais. Essas características são comumente associadas ao processo denominado “uberização do trabalho”, termo utilizado por autores como Antunes (2018), Graça (2020) e Slee (2017) para descrever um modelo de exploração flexibilizado e precarizado, típico da era digital e das transformações neoliberais no mundo do trabalho.

Esse quadro é delineado por Antunes do seguinte modo:

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo) recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível», depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (Antunes, 2018, p.25, aspas no original).

Essa lógica de precarização do trabalho, amplamente difundida em diferentes setores produtivos, atinge também a educação pública, impactando diretamente as condições de trabalho dos professores, como tão bem demonstram autores como Neto (2019), Oliveira e Ribeiro (2022) e Bombardi (2024). A educação, portanto, não está à margem das reconfigurações estruturais do mundo do trabalho; ao contrário, torna-se um dos espaços privilegiados de experimentação e consolidação dessas novas formas de controle, flexibilização e exploração da força de trabalho docente.

À luz desse contexto de crescente precarização nas relações de trabalho e nas políticas educacionais, é fundamental examinar como tais processos têm se manifestado no cenário paranaense. Assim, este artigo tem como principal objetivo analisar políticas neoliberais adotadas na educação pública no estado do Paraná tendo como principais condicionantes as transformações recentes no mundo do trabalho, marcadas por processos de flexibilização, informalidade e desregulamentação impulsionados pela lógica neoliberal. Além disso, busca-se compreender o papel desempenhado pelo sindicato da categoria, especialmente no enfrentamento das consequências dessas políticas e na construção de alternativas de resistência. Compreendemos que em um quadro de tal complexidade é urgente discutir o papel estratégico da formação político-sindical na construção de lideranças capazes de enfrentar tais retrocessos, com ênfase na crítica ao desmonte

de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira, com ênfase nos impactos dessas políticas no trabalho dos professores das escolas públicas da rede estadual de Educação do Paraná.

Para a análise que se segue, adota-se a categoria de totalidade como referência metodológica. A compreensão dessas políticas exige, de nós pesquisadores e pesquisadoras, um olhar que vá além dos fragmentos e que seja capaz de revelar a estrutura global de dominação que as sustenta. À vista disso, o conceito de totalidade se mostra crucial, por possibilitar situar os fenômenos educacionais no interior das contradições do modo de produção capitalista em sua fase neoliberal. Trata-se, portanto, de postular que os fenômenos sociais não podem ser compreendidos de forma isolada, mas sim como partes interligadas de uma estrutura social mais ampla, contraditória e historicamente determinada.

Nesse sentido, a formulação de Marx de que “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (2011, p.142) tem se mostrado uma chave teórico-metodológica fundamental para se investigarem fenômenos não isolados, mas sim articulados em múltiplas determinações. Constitui-se um grave erro buscar investigar um fenômeno social (como uma política pública) sem situá-lo dentro do conjunto maior das relações econômicas, políticas, históricas e ideológicas da sociedade, como defendia Marx (2011).

Na mesma direção, Saviani (2005, p. 17) preconiza que “A totalidade não é a soma das partes. Ela é a articulação dos múltiplos determinantes que estruturam a realidade concreta.” Essa formulação de Saviani é fundamental para compreender que políticas educacionais não podem ser analisadas de maneira isolada, como eventos pontuais, mas como expressões articuladas de múltiplos determinantes sociais, econômicos e políticos que compõem a totalidade da realidade histórica. Por exemplo, o programa “Parceiro da Escola” parece, à primeira vista, apenas uma medida técnica para melhorar a gestão das escolas públicas. Contudo, examinado em sua totalidade, esse programa se encaixa perfeitamente na lógica neoliberal, que valoriza a “eficiência” empresarial, reduz o papel do Estado como garantidor de direitos e trata a escola como serviço, e não como um direito.

Adotamos, nesta investigação, uma metodologia de natureza qualitativa, fundamentada em um estudo bibliográfico (Gil, 2008) Foram selecionadas obras e artigos científicos que abordam a precarização do trabalho, o sindicalismo no Brasil, a formação de dirigentes e os

impactos das reformas neoliberais no setor educacional, especialmente no contexto da escola pública. Desse modo, é possível realizarmos uma análise crítica das transformações em curso, a partir do acúmulo teórico já produzido sobre o tema.

Cumpre dizer, ainda, que o presente trabalho constitui uma etapa embrionária de uma investigação mais ampla, cuja complexidade requer análises contínuas e articulações teóricas mais densas.

Neoliberalismo e a Precarização do Trabalho

O neoliberalismo é uma racionalidade econômica e social que orienta práticas, políticas e subjetividades. Em vista disso, centenas de milhares de pessoas que trabalham como motoristas de aplicativos ou entregadores por plataformas (Uber, iFood etc.) muitas vezes se veem como empreendedoras de si mesmas, mesmo sem proteção social ou estabilidade. Nas palavras de Dardot e Laval, o “neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou uma política econômica; é antes de tudo uma racionalidade que estrutura e reorganiza as sociedades contemporâneas” (Dardot; Laval, 2016, p. 17). Contemporaneamente, faz parte dessa racionalidade o discurso de que cada indivíduo é uma empresa, responsável por si, e que o Estado ou a coletividade não devem intervir para garantir proteção ou igualdade.

Conforme argumenta Harvey (2020, p13), o neoliberalismo se tornou hegemônico como modo de pensamento e, portanto, tem o poder de definir práticas e políticas institucionais em escala global. Eis aqui um ponto importante, uma vez que, por ser hegemônico, o neoliberalismo consegue naturalizar determinadas práticas simplesmente inaceitáveis se vistas por uma lente mais racional. Tome-se, por exemplo, a demonização da CLT feita por pessoas que preferem trabalhos precários, mas sem laços com um patrão, a terem suas carteiras registradas e, portanto, gozarem de direitos básicos, como férias, décimo terceiro e vale transporte., em um trabalho parecido, mas menos aviltante.

Uma das premissas centrais do neoliberalismo é a defesa de um Estado mínimo, que intervém o mínimo possível na economia e delega ao setor privado funções que tradicionalmente eram estatais (como saúde, educação, previdência, etc.). A defesa de um Estado mínimo se ampara na tese neoliberal de que o Estado, “por natureza”, atrapalha o desenvolvimento social, dada sua incompetência em vários setores. O setor privado por outro lado, é eficaz e consegue distribuir mais justiça social, haja vista que consegue premiar adequadamente os verdadeiros empreendedores, mais aptos e capazes de apresentarem ideias inovadoras,

condizentes com a necessidade de desenvolvimento de certos setores da sociedade (Harvey, 2020).

Para compreender com maior profundidade as raízes do neoliberalismo contemporâneo, pelo menos na forma em que se apresenta no Brasil, faz-se necessário um breve recuo histórico, a fim de recuperar os fundamentos teóricos e as condições políticas que possibilitaram sua formulação original e posterior consolidação.

Mance (1998) recupera o momento-chave, de resto bastante consensual, em que o neoliberalismo se mostra mais sistemático. Como afirma o autor:

A recente renovação do liberalismo ocorreu para satisfazer as necessidades da internacionalização e concentração dos capitais sob hegemonia dos mega-conglomerados. O conjunto de medidas econômicas dessa atualização, que retoma teses da doutrina neoliberal reorganizada nos anos 30, foi organicamente sistematizado no final dos anos 80, recebendo em seguida a denominação de Consenso de Washington. (Mance, 1998, p.57)

O Consenso de Washington resulta de diversas reuniões ocorridas na capital dos Estados Unidos em novembro de 1989, das quais participaram funcionários do governo dos Estados Unidos e de organismos financeiros internacionais instalados nessa capital, quais sejam: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em pauta estavam as reformas econômicas realizadas e ainda em curso na América Latina. Esse movimento não foi apenas uma reconfiguração de políticas econômicas, mas uma transformação profunda das estruturas institucionais e das formas de regulação estatal, que passaram a ser moldadas pelas exigências do capital financeiro globalizado (Mance, 1998).

Ainda segundo Mance,

[...] as conclusões daquele encontro tornaram-se uma espécie de receituário que passou a servir de referência para a coordenação das políticas de desenvolvimento latino-americanos financiados por aquelas entidades. O conjunto de ajustes propostos acabou por servir de referência não apenas aos países latino-americanos, mas a todas as economias que recorriam àqueles financiamentos, independente da realidade concreta do país ou das situações diferenciadas de sua estrutura econômica. (Mance, 1998, p. 57)

As proposições que serviram como referencial político-econômico aos países em desenvolvimento são no número de 10: 1) disciplina fiscal; 2) priorização nos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação e; 10) propriedade intelectual (Mance, 1998).

A reestruturação capitalista neoliberal é uma resposta, portanto, às necessidades do modo de produção capitalista e suas contradições intrínsecas para a reprodução incessante do capital. Isso porque, como sabemos, o modo de produção capitalista tem como base a exploração do trabalho para geração de lucro. Com o tempo, ele enfrenta problemas internos, como crises de superprodução, queda da taxa de lucro, entre outros, e reestruturação neoliberal surge, nesse contexto, como uma resposta adaptativa do sistema a esses problemas (Antunes, 2018; Harvey, 2008).

Embora as premissas centrais do neoliberalismo formuladas nos anos 1990, como a desregulamentação do mercado, a redução do papel do Estado e a centralidade do capital privado, permaneçam vigentes, o contexto atual apresenta novas configurações que atualizam e aprofundam essa lógica. Contemporaneamente, conforme Antunes, “o trabalho que os capitais exigem é aquele mais flexível possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical” (Antunes 2018, p. 38). Ainda segundo o autor, é possível que estejamos “assistindo a um novo processo de lumpemproletarização, ampliado pela lógica perversa do capital” (Antunes, 2018, p. 47).

Nesse quadro, é perceptível o impacto da consolidação do sistema neoliberal nas estruturas tradicionais de organização dos trabalhadores, de modo a contribuir para o enfraquecimento das entidades coletivas. Entre os efeitos mais visíveis desse processo está a queda na confiança nos sindicatos. conforme demonstram Galvão e Krein (2019), setores que historicamente mobilizavam trabalhadores (como indústria, sistema bancário e serviço público) vêm perdendo postos de trabalho, enquanto segmentos como educação e saúde expandiram sua ocupação, mas sob condições marcadas por informalidade e trabalho autônomo. Farias e Schmitz (2024) corroboram essa tendência, destacando que as categorias com menor tradição sindical (comércio, serviços, alojamento e comunicação) passam a representar uma parcela crescente da força de trabalho, ainda que submetidas a formas precárias de emprego e baixa representatividade sindical.

Nesse quadro, é fundamental levar-se também em consideração a Reforma Trabalhista aprovada em 2017, por meio da Lei nº 13.467/2017, certamente um dos marcos da intensificação da lógica neoliberal no Brasil, com impactos profundos nas relações de trabalho e nas formas de organização coletiva dos trabalhadores. Barros e Costa (2019) analisam o impacto jurídico da reforma e evidenciam como as prerrogativas sindicais foram enfraquecidas e limitadas institucionalmente. Conforme os autores,

A reforma atenua o papel dos sindicatos nas relações de trabalho e minimiza suas prerrogativas. Com efeito, uma série de incumbências dos sindicatos profissionais foram suprimidas, com os encargos atribuídos diretamente aos trabalhadores, desconsiderando a suscetibilidade destes perante os empregadores. A reforma trabalhista constitui assim um quadro paradoxal, pois ao lado do aparente fortalecimento da autonomia individual do trabalhador com o esvaziamento das obrigações sindicais, a Lei nº 13.467/17 impôs uma profunda redução de direitos individuais do trabalho, configurando, efetivamente, uma autonomia sem direitos, com um elenco menor de direitos individuais, com grande restrição dos direitos coletivos e, com grandes obstáculos ao exercício dos direitos subjetivos na via judicial. (Barros; Costa, 2019, p.193)

Podemos concluir que a precarização do trabalho não é uma consequência accidental, mas um componente estruturante do projeto neoliberal, que, ao promover a flexibilização das relações trabalhistas, enfraquece os mecanismos de proteção social e valoriza a lógica do mercado em detrimento dos direitos sociais.

Neoliberalismo e Políticas Públicas: Considerações Teóricas

Primeiramente, faz-se necessário apresentar um conceito de políticas públicas, entendido aqui como meios utilizados pelo Estado para mediar o acesso a direitos sociais, promover o bem-estar social e reduzir desigualdades. Trata-se, em síntese, de programas, ações e decisões cujo objetivo é garantir o compromisso do governo de atender demandas da sociedade. O “processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (Souza, 2002, p.5). Conforme a autora, as políticas públicas traduzem

processos decisórios que refletem relações de força e não apenas respostas técnicas a problemas sociais (Souza, 2006).

Com efeito, a formulação de políticas públicas deve ser compreendida como um processo intrinsecamente atravessado por disputas entre interesses distintos, expressando, assim, as correlações de força existentes na luta de classes. Longe de serem neutras ou técnicas, as políticas públicas resultam de embates entre projetos societários antagônicos, nos quais diferentes classes sociais buscam afirmar seus interesses e visões de mundo.

Segundo Boneti (1998), as políticas públicas são geradas na correlação de forças que se desenvolve dentro das relações de poder, as quais são formadas por atores como grupos econômicos e políticos, classes sociais e diversas organizações da sociedade civil. Nessa direção, a compreensão do que são políticas públicas requer que seja dada atenção a esse jogo de forças travado no âmbito das relações de poder, uma vez que a forma adquirida por essa ou aquela política só pode ser interpretada como uma consequência. Dando a palavra ao próprio autor:

Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provoca o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos dos investimentos na escala social e produtiva da sociedade. Nesse caso, o Estado se apresenta apenas como agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito da correlação de forças travada entre os agentes do poder. (Boneti, 1998, p.20)

Dessa forma, as políticas públicas refletem os limites e as possibilidades impostos pela estrutura social capitalista, sendo frequentemente moldadas pelas pressões dos grupos hegemônicos, mas também pelo acúmulo de forças dos segmentos subalternizados que, através da mobilização e resistência, conseguem tensionar e influenciar os rumos das ações estatais.

Entre os campos onde essa disputa pelo sentido e pelo direcionamento das políticas públicas se torna mais evidente, está o da educação. Historicamente concebida como um direito social universal, a educação pública tem sido cada vez mais apropriada por projetos alinhados à lógica do capital, que visam transformá-la em mercadoria e submetê-la aos imperativos da eficiência, da produtividade e do controle gerencial. Nesse sentido, torna-se fundamental examinar como o ideário neoliberal se concretiza na formulação e implementação de políticas educacionais que, sob o discurso de inovação e modernização, promovem

a desresponsabilização do Estado e a reconfiguração da escola pública segundo modelos empresariais. A partir de agora, voltamos nosso olhar à realidade da educação pública no estado do Paraná, especialmente durante a gestão de Ratinho Jr., cujas diretrizes expressam de forma contundente a racionalidade neoliberal aplicada ao setor educacional.

As Políticas Educacionais Neoliberais no Paraná sob a Gestão Ratinho Jr.

Ratinho Jr foi eleito pela primeira vez para governador de Paraná em 7 de outubro de 2018, com 59,99% dos votos válidos, já no primeiro turno. Tanto a saída de Osmar Dias da disputa quanto a prisão de Beto Richa foram importantes para sua vitória já no primeiro turno. Sua coligação, denominada Paraná Inovador, incluía, além do PSD, partidos como o PSC, PV, PR, PRB, PPS e Podemos. Em nível federal, Ratinho Jr. manifestou apoio a Jair Bolsonaro no segundo turno, em um claro alinhamento com a direita conservadora.

Em 2022, Ratinho Jr concorreu a um segundo mandato e novamente venceu em primeiro turno, com 69,64% (4.243.292) dos votos válidos. Roberto Requião (PT) ficou em segundo lugar, com 26,23% (1.598.204) dos votos. Esse resultado expressivo consolidou Ratinho Jr. como uma das principais lideranças políticas do Paraná: ele venceu em quase todos os 399 municípios do estado e ampliou sua votação em relação a 2018. A vitória em primeiro turno refletiu tanto a aprovação popular de sua gestão anterior quanto a fragilidade da oposição, representada por um Roberto Requião isolado politicamente e sem coligação ampla. Dessa forma, a reeleição de Ratinho Jr fortaleceu o projeto de continuidade administrativa e ampliou o espaço para políticas públicas alinhadas à racionalidade neoliberal, como a plataformização da educação e a expansão de modelos de gestão privatizantes.

Embora tenha apoiado Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 e também 2022, Ratinho Jr não teve a mesma postura negacionista e irresponsável em relação à pandemia de Covid 19, a exemplo de Bolsonaro. Isso o fez ser bem avaliado pelos paranaenses e provavelmente foi uma das razões de sua vitória expressiva na reeleição. Em verdade, como veremos, a pandemia serviu para que o governador ampliasse e intensificasse ainda mais sua política privatizante. Diferentemente de Jair Bolsonaro, Ratinho Jr transformou uma adversidade em uma excelente oportunidade de fazer negócios.

Para compreendermos o êxito das políticas neoliberais do governador no campo da educação, é imprescindível considerar o papel desempenhado pelo empresário do setor de eletrônicos e tecnologia Renato Feder, que, antes de ocupar cargos públicos, foi CEO da Multilaser, uma das maiores empresas brasileiras do setor de eletrônicos e tecnologia. Atuando como secretário de Estado da Educação durante o primeiro mandato (2019–2022), Feder foi o principal articulador do conceito de política educacional que ainda orienta as diretrizes da rede pública estadual: a intensificação do uso de tecnologias digitais no ambiente escolar, o que resultou em um processo acelerado de plataformização. Atualmente, os(as) docentes da rede utilizam, de forma recorrente, pelo menos oito plataformas distintas. Tal dinâmica, consolidada ao longo de sua gestão, introduziu uma série de instrumentos digitais que têm afetado negativamente tanto a qualidade do ensino quanto a saúde física e mental de centenas de profissionais da educação no estado.

Na segunda gestão de Ratinho Jr., Roni Miranda foi nomeado titular da pasta da Educação (função que ocupa até o momento). Ao contrário de Feder, Miranda não é empresário e sim professor: estudou e lecionou na rede estadual antes de atuar como Chefe do Departamento de Acompanhamento Pedagógico e como Diretor da Seed. Independentemente de sua origem, o fato é que Miranda não apenas deu continuidade, como aprimorou e intensificou os programas e projetos de Renato Feder, de quem sempre atuou como braço direito. É possível afirmar que, sob Roni Miranda, o modelo empresarial de educação tem penetrado todas as esferas da educação pública do Paraná.

À guisa de exemplo, destacamos alguns dos principais programas adotados na gestão Ratinho Jr. na educação pública do Paraná tanto na primeira gestão quanto nessa parte da segunda²: (a) a implementação do programa “Parceiro da Escola”, que prevê transferência da gestão de aproximadamente 200 escolas para empresas privadas, com previsão de repasse de quase R\$ 2 bilhões anuais; (b) terceirização extensiva de funções como limpeza, merenda e contratação de profissionais sem estabilidade, com contratação por R\$ 800 por aluno e impactos estimados em mais de R\$ 2 bilhões/ano; (c) adoção intensiva de plataformas digitais na educação, com pressão por metas pedagógicas e fragilização das condições de trabalho docente; e (d) forte investimento em segurança nas escolas, incluindo videomonitoramento, emprego de milhares de

² Essas informações foram colhidas em duas fontes principais, devidamente registradas nas Referências deste artigo: o jornal *Brasil de Fato* e AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO PARANÁ.

policiais, implantação do botão do pânico e expansão de colégios cívico-militares, com aporte de recursos estaduais e federais.

Conforme argumenta Costa (2025), o projeto neoliberal tem como finalidade principal a adaptação das estruturas sociais às demandas do mercado, promovendo a mercantilização generalizada de todas as esferas da vida. Para isso, adota-se o modelo de gestão empresarial, visto como compatível com os interesses do capital, cuja lógica central é o lucro. Essa forma de gestão é apresentada como uma solução moderna para os problemas do Estado, com promessas de maior eficiência e eficácia. No entanto, sob esse discurso de colaboração com a administração pública, esconde-se a intenção de enfraquecer a gestão estatal, substituindo-a progressivamente por uma lógica de mercado orientada pelo empreendedorismo.

A Experiência Paranaense: Políticas Educacionais e uso de Plataformas

O mundo do trabalho vem sofrendo, nas últimas décadas, o uso acelerado e intenso de plataformas digitais, impulsionadas pela digitalização, pela conectividade em tempo real e pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação. O termo “plataformização” serve para designar tanto o fortalecimento das plataformas digitais e de mídias conectivas no ambiente online, quanto sua expansão como modelo organizacional aplicado a diversos setores da economia e da vida social na contemporaneidade. No artigo “Midiatização e plataformização: aproximações”, André Goes Mintz apresenta uma definição de plataformas digitais que nos interessa:

De um lado, reconhecemos seu caráter distintivo enquanto uma categoria específica de serviços e aplicativos da internet caracterizados por seu modo de ativação e incorporação das atividades dos usuários. De outro, recusamos o sentido, inculcado no termo, segundo o qual as plataformas seriam intermediárias neutras. Em contraste, não apenas reforçamos a mediação ativa das plataformas como, também, a tomamos como o principal tópico de investigação no âmbito dos Estudos de Plataforma. (Mintz, 2019, p.103).

A definição de Mintz é interessante porque enfoca as plataformas digitais naquilo que elas têm, digamos assim, de específico, que é sua utilidade para múltiplas funções, que facilitam a interação, troca de

informações e realização de transações entre usuários, empresas e organizações. Trata-se, em síntese, de estruturas tecnológicas baseadas em software.

Por outro lado, as plataformas não são meras ferramentas neutras, uma vez que são capazes de impor lógicas próprias de organização, controle e priorização de informações. Essa lógica de controle se intensifica no contexto do chamado capitalismo de vigilância, em que as plataformas não apenas observam o comportamento dos usuários, mas intervêm ativamente para moldá-lo. Zuboff (2020) sintetiza esse movimento da seguinte forma:

Os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar comportamento em busca de resultados lucrativos. Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também moldam nosso comportamento em escala (Zuboff, 2020, p. 19)

Portanto, a automação baseada em tecnologias digitais, que substitui a força de trabalho humana como principal fonte de valor, atua simultaneamente como meio de reorganização da atividade laboral e como mecanismo de captura das ações dos trabalhadores. Nesse contexto, o trabalho torna-se cada vez mais visível e mensurável por meio de sua conversão em dados e informações. Como observa Zuboff (2018), a automação não apenas opera com base em informações previamente programadas, mas também é capaz de gerar novos fluxos informacionais a partir das atividades que monitora.

Essa lógica de controle e vigilância baseada em dados, antes mais associada a ambientes corporativos ou ao setor privado, passou a estruturar também as dinâmicas do trabalho docente nas escolas públicas. No Paraná, observa-se como esse modelo de gestão digitalizada tem invadido o cotidiano escolar, reorganizando práticas pedagógicas e impondo novas formas de controle sobre o trabalho dos(as) professores(as).

Conforme Oliveira, (2025), o avanço das plataformas digitais tem provocado transformações significativas no campo educacional, especialmente após o início da pandemia da Covid-19. Nesse contexto, as infraestruturas tecnológicas oferecidas por empresas passaram a ser vistas como alternativas viáveis para manter o ensino durante o distanciamento social, expandindo de forma expressiva a presença do digital no cotidiano

profissional dos docentes. Esse movimento vem alterando profundamente as dinâmicas do trabalho docente, ao mesmo tempo em que impõe a necessidade de refletir sobre estratégias de enfrentamento às formas de controle exercidas pelas corporações responsáveis pelas tecnologias educacionais, conhecidas como EdTechs.

Nessa direção, Barbosa e Alves desenvolvem uma análise crítica sobre a intensificação da plataformização da educação, especialmente após a implementação da Reforma do Ensino Médio, investigando seus impactos na organização do trabalho pedagógico, no currículo e nas práticas docentes. O foco empírico são as plataformas e recursos digitais adotados pelo estado do Paraná a partir de 2022, compreendidos como oportunidades tanto para a ampliação de mercados quanto para a homogeneização curricular e metodológica. Conforme as autoras, a reforma do Ensino Médio, e pontualmente a como se deu e vem de desenvolvendo no Paraná, ao incorporar plataformas digitais, pode consolidar novas formas de regulação, vigilância e controle sobre o trabalho docente, o que, além de intensificar a desvalorização da profissão, tem contribuído significativamente para a privatização da educação pública e comprometido a qualidade da formação escolar:

O fenômeno da plataformização, com adoção de plataformas digitais operadas por corporações do setor privado que atuam no campo educacional, corresponde a uma nova forma de privatização da própria gestão educacional, enquanto movimento que amplia as estratégias de inserção de princípios gerencialistas em convergência com os interesses do setor produtivo. (BARBOSA; ALVES, 2023, p.12).

Para além dos efeitos diretos sobre o trabalho docente e a saúde dos profissionais, a plataformização da educação pública paranaense também se manifesta em outras dimensões, como demonstra Carolina Batista Israel (2024, p15.):

A plataformização que se iniciou com interações sociais e avançou para o mundo do trabalho também açambarca hoje os ambientes educacionais para dentro de suas estruturas algorítmicas, agenciando as relações educacionais para o mercado de dados. Assim como o Instagram e o Tik Tok produzem um agenciamento das relações sociais e o trabalho uberizado produz um arranjo algorítmico das relações laborais, as relações educacionais são igualmente ordenadas por arranjos sociotécnicos que afetam as formas de aprender

e a própria constituição e subjetividades contemporâneas, sob abrigo dos espaços digitais privados. Como resultado, se desenha a conformação de um neotecnicismo no ensino, em sintonia com os princípios behavioristas da segunda metade do século XX, característico das correntes pedagógicas instrumentalistas. (Israel, 2024, p.15).

Uma das conclusões de Israel (2025) é de que a plataformatização do ensino público “apresenta-se como um campo de expansão e extração para a economia digital, num casamento entre o setor público e o privado, no qual a vigilância algorítmica permite de um lado a monetização de comportamentos e, de outro, o controle social (2024, p.18).

Sem dúvida, a monetização decorrente do uso de plataformas é muito significativa, como podemos depreender dos dados da tabela abaixo:

Tabela 1 – Contratos com plataformas educacionais firmados pela Seed-PR (2021-2024)

Contrato Nº/ Ano	Nome governamental	Nome proprietário	País sede	Datas		Valor Contratado (R\$)
				Inicial	Final	
757/2024	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	13/02/2024	11/06/2024	5.065.993,44
598/2024	Edutech	Alura	Brasil	04/02/2024	03/02/2025	12.437.500
229/2024	Power BI - Microsoft	Power BI - Micro- soft	EUA	24/01/2024	23/03/2024	4.118.132,35
Acordo de Cooperação n.º 2023000442	Matemática Paraná	Khan Academy	EUA	29/01/2024	24 meses	Não se aplica
4900/2023	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	27/09/2023	27/01/2024	2.597.339,52
1271/2023	Sala Virtual Paraná	Google Classroom	EUA	07/04/2023	05/08/2023	999.950,4
439/2023	Edutech	Alura	Brasil	03/02/2023	15/03/24	10.414.527,91
380/2023	Inglês Professor	EnglishCentral	EUA	24/01/2023	23/01/25	24.795.840
376/2023	Matemática Paraná	Matific	Austrália	24/01/2023	23/01/2025	10.368.000
Indisponível	Desafio Paraná	Quizizz	EUA	08/02/23	24 meses	6.228.000
Acordo de Cooperação n.º 202200017	Matemática Paraná	Khan Academy	EUA	13/01/2023	12/2023	Não se aplica
5671/2022	Leia Paraná	Odilo	Espanha	21/11/2022	21/11/2024	8.277.781,68

2733/2021	Matemática Paraná	Matific	Austrália	13/07/2021	12/07/2025	14.976.000
2196/2021	Inglês Paraná	EF Education First	Suiça	28/06/2021	27/06/2025	31.479.168
358/2022 (005/2022 interno)	Edutech	Alura	Brasil	07/02/22	03/02/23	8.021.160
1687/2021	Edutech	Alura	Brasil	18/02/21	18/12/21	4.155.000
210/2021 (007/2021 interno)	Power BI - Microsoft	Power BI - Micro- soft	EUA	28/01/2021	27/01/2023	1.143.340
Total: 154.935.275,51						

Fonte: Portal da Transparência do Paraná. Consultado em junho/2024

Dessa forma, os dados apresentados não apenas corroboram a análise de Israel (2025) sobre o vínculo entre plataformização e economia digital, mas também evidenciam a magnitude dos investimentos públicos direcionados a empresas privadas nacionais e estrangeiras. Com contratos que ultrapassam a marca dos 150 milhões de reais em apenas quatro anos, o que se observa é a consolidação de um modelo educacional subordinado aos interesses do mercado, onde o espaço da escola pública se transforma em território fértil para a extração de valor por meio da coleta e mercantilização de dados.

A lógica da gestão empresarial e da vigilância algorítmica, longe de ser neutra ou técnica, redefine os modos de ensinar e aprender, reorganiza o trabalho docente e estreita as margens de autonomia pedagógica. Em última instância, trata-se da consolidação de uma política de Estado que transfere à iniciativa privada o controle sobre os meios e fins da educação, comprometendo sua função pública e emancipadora.

O Curso de Formação da APP-Sindicato (2007-2014): Crítica e Perspectiva

Frente a esse processo de intensificação das políticas neoliberais e da plataformização da educação pública no Paraná, é fundamental analisar também as formas de resistência de que dispõem todos e todas que não aceitam esses arranjos destrutivos e opressivos. Nesse contexto, iniciativas promovidas pelos próprios trabalhadores da educação, especialmente aquelas organizadas pelos sindicatos da categoria, como a APP-Sindicato, oferecem pistas importantes para compreender as disputas em torno da formação docente.

Como já dito, as políticas neoliberais adotadas pela gestão Ratinho Jr. no campo da educação expressam as dinâmicas do capitalismo contemporâneo e exigem, para além da crítica teórica, práticas concretas de formação e resistência. Nesse sentido, os cursos de formação promovidos pela APP-Sindicato entre os anos de 2007 e 2014 representam um esforço significativo de articulação entre a análise crítica da realidade educacional e a construção de uma consciência política entre os(as) trabalhadores(as) da educação no Paraná. O Programa de Formação Político-Sindical e Educacional, voltado aos filiados e filiadas, teve como objetivo central fomentar uma leitura crítica do mundo do trabalho, da escola pública e das políticas educacionais a partir de uma perspectiva marxista, articulando teoria e prática.

O programa funcionou no período de 2007 a 2014, seu programa oferecia diversos módulos, por exemplo: Escola e Desigualdade Social (como funciona a sociedade? Como funciona a escola?); Capitalismo, Estado e Desigualdade: impactos na política educacional; A Desigualdade Educacional por Dentro da Escola; Avaliação das Políticas Educacionais (2003/2010); Reflexões sobre o Processo da Consciência; Capitalismo e Desigualdade e suas influências no dia a dia da escola; Violência e Educação: a repercussão por dentro da escola; As concepções Teóricas, ideológicas e pedagógicas da Sociedade e da Escola e seus Impactos na Gestão do Estado; A Formação da/o Dirigente e Gestão Democrática: as elaborações e concepções teóricas e pedagógicas para a sociedade e escola no campo da tradição marxista.

Como mencionado na introdução deste artigo, o programa nasceu em um contexto histórico marcado pela ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder da República. Esse fato redimensionou a luta de classes porque implicou um conjunto de alianças que, no final, retiravam do projeto do Partido dos Trabalhadores a radicalidade política presente em sua origem e o transformavam em um novo Partido Socialdemocrata. No percurso dos anos, esse fato acabou por criar um paradoxo ao sindicalismo historicamente mais combativo, representado exemplarmente pela CUT, à qual a APP é filiada.

De acordo com informações àquela altura disponíveis no site da APP-Sindicato e em outros materiais relacionados ao programa de formação, os cursos oferecidos tinham como finalidade central contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos trabalhadores da educação filiados à entidade. A proposta buscava favorecer uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas e contradições da sociedade contemporânea, de modo a fortalecer o engajamento político

e social dos participantes na direção de um projeto societário com base nos princípios do socialismo.

Esse propósito está claramente delineado no caderno elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que detalha as diferentes etapas do curso, bem como a metodologia adotada ao longo da formação.

O contexto atual é de um momento de vivência das consequências resultante da aplicação do modelo neoliberal no país, acrescido do êxodo de grande número de lideranças para a ocupação necessária de postos políticos nas esferas do Executivo e Legislativo em governos municipais, estaduais e no âmbito da eleição de um governo de coalizão de forças democráticas e populares em âmbito federal, expondo nossas entidades a um processo de renovação necessária de seu quadro de dirigentes para a manutenção da mobilização. (CNTE, 2007, p.5, sem destaque no original).

A substituição e renovação das lideranças constitui, sem dúvida, um dos principais obstáculos enfrentados por organizações como os partidos políticos e os sindicatos. Uma reflexão pertinente sobre esse tema foi feita pelo jornalista Ricardo Kotscho em entrevista concedida ao Portal da CUT, em 2013, durante as celebrações dos 30 anos da central sindical. Em suas declarações, Kotscho destacou que um dos grandes desafios do movimento sindical está justamente na capacidade de formar e projetar novas lideranças.

O principal papel da CUT e do movimento sindical, e aí eu incluo o sindicato dos jornalistas do qual faço parte, é a renovação dos quadros. Uma vez a presidenta disse isso para mim, que a grande dificuldade era ter novas lideranças, e penso da mesma forma. A minha geração, que conquistou a Presidência da República em 2002, envelheceu e não só na idade, mas também em ideias. Precisamos descobrir novas formas e novas lideranças capazes de despertar o interesse dos mais jovens no movimento sindical, porque há um processo de esvaziamento em todos os setores, inclusive no movimento estudantil. Esse é o grande desafio, descobrir como trazer essa juventude que foi às ruas meio destrambelhada, sem liderança, para dentro dos movimentos sociais. (Kotscho, 2013)

A ausência de processos efetivos de renovação nas lideranças sindicais contribui para o surgimento, dentro dessas organizações, de

uma espécie de “oligarquia” — termo que retomamos intencionalmente de Robert Michels³ (1982), embora sem assumir que os membros da burocracia institucional estejam necessariamente distantes ou desligados das demandas da base. Nesse sentido, torna-se fundamental revisitar a reflexão de Galvão (2015), que problematiza a dicotomia frequentemente apontada entre a direção e a base, tema amplamente discutido e criticado:

As diferenças no interior de uma organização sindical não se restringem à oposição entre direção e base, dicotomia que ignora a ampla hierarquia de representação que existe para além dos dirigentes de alto escalão, além de deixar de lado o fato de que os dirigentes se distinguem política e ideologicamente. Além disso, desconsidera a possibilidade da base pressionar em sentido contrário, em nome da democratização. (Galvão, 2015, p.3).

Observação também importante é levantada por Bernardo (1997) no que diz respeito à burocracia que tão fortemente marca os sindicatos. Segundo o autor, essa característica está na gênese dessas instituições e será o que as diferenciara de outros tipos de organização operária, difundidos posteriormente, como os conselhos e organizações por local de trabalho. Segundo Bernardo (1997, p.126), os sindicatos surgem num momento histórico em que a esmagadora maioria dos trabalhadores havia deixado o campo e não entendia nada do funcionamento do sistema capitalista. Diante disso, era necessário que lideranças experientes ocupassem posições de comando nos sindicatos, caracterizando-as assim (e até hoje) como instituições verticalizadas e burocráticas. O autor lembra, contudo, que burocracia não significa pacto com o sistema, isso se evidencia pelas mortes e prisões de líderes sindicais em sociedades ditatoriais.

Passamos agora a um exame crítico e reflexivo do curso de formação da APP, com foco em suas contribuições e limitações.

As atividades de formação sindical promovidas pela CUT, por meio da APP-Sindicato, desempenharam um papel fundamental na construção

3 Robert Michels, economista e sociólogo, nasceu em 1876 na cidade alemã de Colônia, e veio a falecer em Roma, em 1936. Especialista em sociologia política, lecionou em universidades durante a maior parte da sua vida, mormente em Itália. A sua “lei de ferro da oligarquia”, segundo a qual os partidos políticos, assim como outras organizações, tendem inevitavelmente para a oligarquia, o autoritarismo e a burocracia, ficou patente na sua obra mais importante, *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie* (Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna) (1911). É nesta obra que Michels expõe as suas ideias sobre o desenvolvimento inevitável de oligarquias mesmo em organizações indissociáveis dos ideais democráticos. Para este amigo e colega de Max Weber, quanto mais cresce e se burocratiza uma organização, maior grau de poder se concentra nas mãos de um pequeno número de pessoas em posições elevadas. Nos seus escritos mais tardios, Michels considera esta regra não apenas inevitável mas mesmo desejável. (In: [http://www.infopedia.pt/\\$robert-michels](http://www.infopedia.pt/$robert-michels))

de espaços coletivos de reflexão, troca de experiências e aprofundamento teórico entre os(as) trabalhadores(as) da educação. Esses encontros, realizados em diferentes regiões do Paraná, foram essenciais para reunir filiados e filiadas em torno de temas centrais da luta de classes, do papel da escola pública e das políticas educacionais em curso. Houve ali um importante incentivo à leitura crítica, ao debate político qualificado e à compreensão das contradições presentes no cotidiano escolar à luz das determinações do capitalismo.

Entretanto, o Curso de Formação da APP não conseguiu atingir o objetivo de ajudar na renovação das lideranças desse sindicato. Essa limitação representa uma falha importante, tendo em vista que a oxigenação dos quadros dirigentes é fundamental para garantir a continuidade, o enraizamento e a legitimidade das lutas sindicais junto às novas gerações de trabalhadores.

Um dos motivos foi por apresentar um conteúdo geral e fragmentário, o que comprometia significativamente o desenvolvimento de uma visão integrada, crítica e aplicável do conhecimento. O conteúdo formal dos cursos, por exemplo, apresentava temas desconectados entre si, sem uma linha de raciocínio contínua; capítulos ou módulos que não se articulavam de forma lógica ou progressiva; estilos diferentes de linguagem, abordagem e formato, como se fossem feitos por autores diferentes sem alinhamento; falta de contextualização ou aplicação prática que ligue os conteúdos a um objetivo comum.

O ponto mais relevante, porém, é a existência de uma política de vanguarda na APP-Sindicato, que pode ser interpretada como uma determinada leitura de Lênin quanto à necessidade de uma vanguarda tomar a direção e nela permanecer (Lênin, 1979, p.172). Não procuraremos determinar, aqui, com precisão como essa orientação leninista se formou e tão fortemente se enraizou na APP-Sindicato. Mesmo assim, é possível afirmar que essa política de vanguarda dificulta bastante a renovação de quadros na direção da APP visto que os filiados, mesmo participando dos cursos de formação, têm dificuldade em inserir-se no que parece ser um jogo de cartas marcadas, isso quando se consideram as facilidades que têm um funcionário liberado de buscar uma formação sólida em sua atuação no sindicato.

Essa dinâmica, ao mesmo tempo em que consolidou uma direção politicamente experiente e engajada, também contribuiu para certo distanciamento entre a base e a liderança sindical, criando obstáculos à necessária renovação de quadros e ao aprofundamento da participação democrática interna. A política de vanguarda, quando não acompanhada

de mecanismos de abertura e escuta ativa, corre o risco de cristalizar relações de poder e comprometer o potencial transformador das formações políticas oferecidas. Apesar disso, a existência desses espaços formativos continua sendo um dos principais instrumentos de resistência diante do avanço das políticas neoliberais, sobretudo quando voltados à ampliação da consciência crítica e à construção de lideranças comprometidas com a defesa da escola pública.

Considerações Finais

Procuramos demonstrar neste artigo que as políticas educacionais implementadas no Paraná sob as gestões de Ratinho Jr. aprofundam a lógica neoliberal no setor público, com destaque para o avanço da plataformização como instrumento de controle, precarização e esvaziamento pedagógico da escola. Obviamente, esse processo impõe desafios significativos aos trabalhadores da educação, sobretudo pela intensificação da vigilância e pela fragmentação das relações de trabalho. Diante desse cenário, torna-se urgente investir na formação crítica e política dos professores, bem como fortalecer os sindicatos e os movimentos sociais, para que possam disputar os sentidos da escola pública e atuar com maior capacidade de enfrentamento nessa relação de forças profundamente assimétrica.

Por fim, cabe mencionar um acontecimento que traz esperança e tem o condão de animar todos aqueles e todas aquelas que lutam por uma educação verdadeiramente pública e transformadora. Nesse sentido, foi louvável a ampla rejeição ao programa Parceiro da Escola nas unidades da rede estadual paranaense, expressa de forma contundente durante a consulta pública realizada em dezembro de 2024. Nessa ocasião, revelou-se a força política e simbólica das comunidades escolares no enfrentamento às iniciativas de privatização da gestão pública. Das 94 escolas que alcançaram o quórum mínimo exigido, 83 votaram contra a proposta do governo Ratinho Jr., representando 88% de recusa ativa entre professores, estudantes e familiares. Esse resultado, ainda que parcial diante das 177 escolas envolvidas, evidencia a capacidade de mobilização e organização da base escolar em defesa da escola pública, laica e democrática, mesmo diante de um contexto de intensa ofensiva neoliberal, em que a terceirização e a plataformização têm sido apresentadas como supostas soluções de “eficiência” e “modernização”.

Ao demonstrar que é possível disputar o imaginário social, os sujeitos escolares reafirmam a necessidade de fortalecer os espaços

de formação crítica, a atuação sindical combativa e as alianças entre movimentos sociais e populares.

Referências

- AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Governador Ratinho Junior integra pacto nacional de proteção às escolas. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-Ratinho-Junior-integra-pacto-nacional-de-protecao-escolas>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 15. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a plataformização da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. e-Curriculum, Marília, v. 21, p. 1–26, 2023. DOI: 10.23925/1809-3876.2023v21e61619. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/61619>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- BARROS, Alice Monteiro de; COSTA, Gustavo Filipe Barbosa Garcia da. Curso de direito do trabalho: homenagem à professora Alice Monteiro de Barros. 13. ed. São Paulo: LTr, 2019.
- BONETI, L. W. O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí: Editora Unjui, 1998.
- BRASIL DE FATO. Estudantes do PR se mobilizam contra projeto de Ratinho Jr. e rechaçam privatização de escolas. Brasil de Fato, Curitiba, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/10/estudantes-do-pr-se-mobilizam-contraprojeto-de-ratinho-jr-e-rechacam-privatizacao-de-escolas>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRASIL DE FATO. Professores e parlamentares consideram absurda proposta de Ratinho Junior terceirizar 200 escolas no Paraná. Brasil de Fato, Curitiba, 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/22/professores-e-parlamentares-consideram-absurda-proposta-de-ratinho-junior-terceirizar-200-escolas-no-parana>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- BRASIL DE FATO. Ratinho Jr. descumpre ordem judicial e segue com privatização das escolas. Brasil de Fato, Curitiba, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/21/ratinho-jr-descumpre-ordem-judicial-e-segue-com-privatizacao-das-escolas>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- CABRAL, Umberlândia; NERY, Carmen. Em 2023, número de sindicalizados cai para 8,4 milhões, o menor desde 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40445-em-2023-numero-de-sindicalizados-cai-para-8-4-milhoes-o-menor-desde-2012>. Acesso em: jan. 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DRUCK, Graça. A perda da centralidade do trabalho e a uberização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 177-189.
- FARIAS, Simone K. P.; SCHMITZ, Henrique. Crise do sindicalismo no contexto da flexibilização e precarização do trabalho no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 39, n. 2, e45656, ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/45656>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- FERNANDES, Donizete Aparecido. Em defesa da escola pública: a APP-SINDICATO frente às políticas públicas educacionais do estado do Paraná (1995 – 2002). 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2004.
- FERNANDES, Donizete Aparecido. O programa de formação político-sindical e educacional

da App-Sindicato (2007-2014) e a renovação de quadro de dirigentes. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

GALVÃO, Ana; KREIN, José Ricardo. Reforma trabalhista, precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Cadernos de Campo e Reflexão Histórica (CRH)*, São Paulo, ano 32, n. 86, p. [page range], 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mnmFbTSWxvFnP7n8LPnxnCz/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GALVÃO, Andréia. Burocratização e autonomia sindical: por uma perspectiva não reducionista. 2015. Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/1300440/burocratiza%C3%A7%C3%A3o-e-autonomia-sindical--por-uma-perspectiva-n%C3%A3o>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de desocupação vai a 6,5% no trimestre encerrado em janeiro. Agência de Notícias IBGE, 29 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42753-taxa-de-desocupacao-vai-a-6-5-no-trimestre-encerrado-em-janeiro>. Acesso em: 5 jul. 2025.

ISRAEL, Carolina Batista. Plataformização do ensino no Paraná: a privatização via neoliberalismo digital. DENEZ, Cleiton Costa (org.). Não venda a minha escola. Política educacional paranaense: a transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate. Unespar: Paranavaí, 2024, p. 15-19.

LENIN, V. Sobre Sindicatos - História e Política. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MANCE, E.A. Educação e Globalização. Curitiba, 1998. 275 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

MINTZ, André Goes. Midiatização e plataformização: aproximações. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 98–109, 2019. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150347. Disponível em: <https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/150347>. Acesso em: 21 jul. 2025.

OLIVEIRA, Walas Leonardo de; RIBEIRO, Luís Antônio. Reflections on the precarization of teaching work in Latin America. *Trabalho & Educação*, v. 31, n. 3, p. 29-47, set./dez. 2022. DOI: 10.35699/2238-037X.2022.40831. Portal de Periódicos UFMG.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SLEE, Tom. Uber: a política da nova economia. São Paulo: Elefante, 2017.

SOUZA, Celina. Estado, governo e políticas públicas. In: PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). *Elaboração de políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 49-70.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 20-45, jul./dez. 2002.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; MELGAÇO, Lucas; GUILHON, Luciana; KANASHIRO, Marta (orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-68.

Submetido em julho de 2025
Aceito em setembro de 2025
Publicado em outubro de 2025

